



PROCESSO Nº	:	24.955-6/2017
ÓRGÃO	:	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
RESPONSÁVEL	:	ONDANIR BORTOLINI
ASSUNTO	:	RECURSO ORDINÁRIO
RELATOR	:	CONSELHEIRO INTERINO JOÃO BATISTA DE CAMARGO JÚNIOR

RELATÓRIO

1. Trata-se de Recurso Ordinário¹ interposto pelo Sr. Ondanir Bortolini (Deputado Estadual) contra o Acórdão n.º 266/2018 - TP, o qual julgou parcialmente procedente a Representação de Natureza Interna (RNI) acerca de irregularidades no envio de informações e/ou documentos a este Tribunal referentes aos exercícios de 2015 e 2016, com aplicação de multa no total de 283,10 UPF.

2. De acordo com o recorrente, o atraso no envio dos Balancetes das Organizações Estaduais (itens 1 a 6) decorreu de problemas internos relacionados à empresa ACPI, responsável pela gestão de *software* da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, os quais culminaram na contratação em regime de urgência de nova empresa para fornecimento de *software* de gestão.

3. Sustentou que o processo para saída e contratação de nova empresa atuante em área sensível como gestão de informática associada à contabilidade pública demanda uma série de procedimentos extensos até a implementação efetiva do trabalho. Tanto é assim que a Decisão Administrativa n.º 11/2016-TCE/MT reconheceu a dificuldade de adaptação de sistemas pelos fiscalizados.

4. Desse modo, entendeu ter restado justificado o atraso referente aos itens de 1 a 6, salientando que não houve prejuízo à fiscalização por parte do Tribunal de Contas.

¹ Documento Digital n.º 161756/2018.



5. Quanto aos itens de 11 a 21, sustentou que esses restariam abarcados pela prorrogação de prazo concedida pela Decisão Administrativa n.º 11/2016, pois ela compreenderia todas as obrigações de envio de documentos, não apenas as de envio imediato. Assim, ao fim da prorrogação prevista em 31/3/2017, o recorrente já não seria mais o gestor responsável pelo adimplemento da obrigação em tela.

6. Por esses motivos, requereu o recebimento e provimento do recurso, com a consequente reforma da decisão atacada para que seja reconhecida a improcedência da Representação de Natureza Interna.

7. Uma vez recebido este recurso ordinário, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade², os autos foram remetidos à Secretaria de Controle Externo de Administração Estadual para análise das razões recursais.

8. De acordo com a equipe técnica³, não foram visualizadas provas que pudessem alterar o julgado, já que as multas foram impostas em concordância com as normas do TCE/MT. Salientou ainda que o recorrente confirmou que os documentos e informações não foram encaminhados dentro do prazo.

9. Além disso, na hipótese de terem ocorrido problemas com a empresa prestadora de serviço, caberia ao gestor comunicar e requerer dilação de prazo ao Relator das Contas, já que gestor tem ciência das datas para o envio das documentações. Entretanto, no caso ora analisado, o recorrente somente se manifestou após a instauração da RNI.

10. Esclareceu ainda que, independentemente de ser documento ou informação classificado como de envio imediato, a Decisão Administrativa n.º 11/2016 não previu prorrogações aos balancetes mensais. Destacou a gravidade da falha e os prejuízos que ela causa aos trabalhos da área técnica da Corte de Contas. Assim sendo, a unidade técnica manifestou-se pela improcedência do Recurso Ordinário e pela aplicação na íntegra do Acórdão 266/2018-TP.

² Documento Digital n.º 204993/2018.

³ Documento Digital n.º 253631/2018.



11. Remetidos os autos ao Ministério Público de Contas (MPC), o órgão ministerial se manifestou pelo conhecimento e não provimento do recurso.

12. De acordo com o MPC, o meio informatizado não era a única forma à disposição do recorrente para que pudesse encaminhar os documentos e informações ao Tribunal de Contas. Consoante salientado, o art. 286 do Regimento Interno desta Corte prevê a possibilidade, excepcional, de remessa por meio físico. Dessa forma, apontou que o gestor não envidou esforços no sentido de solucionar o atraso, seja pelo meio físico, seja pelo requerimento dilação de prazo.

13. Salientou que, mesmo considerando a hipótese de problemas com a empresa de gerenciamento, a situação não deveria ter durado tanto tempo sem alguma solução por parte do gestor, já que o atraso dos documentos perdurou quase o ano todo.

14. Assim, considerando o prejuízo às atividades de controle externo oriundo dos atrasos nas remessas, entendeu que as alegações não sanam as irregularidades referentes aos itens de 1 a 6.

15. De igual modo, rebateu as alegações trazidas pelo recorrente quanto aos itens de 11 a 21. Para tanto, sustentou que a Decisão Administrativa é clara ao dispor quais os tipos de carga do Aplic tiveram seus prazos prorrogados. Logo, não pode o recorrente interpretar a decisão de modo a incluir texto que nela não está contido.

16. Assim, o Ministério Público de Contas, mediante Parecer de n.º 5.773/2018, da lavra do Procurador de Contas Getulio Velasco Moreira Filho, manifestou-se nos seguintes termos:

- a) preliminarmente, pelo conhecimento do Recurso Ordinário interposto em face do Acórdão nº 266/2018-TP, em razão do preenchimento dos requisitos de admissibilidade;
- b) no mérito, pelo não provimento do recurso, mantendo-se incólume os termos do Acórdão nº 266/2018 - TP.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

João Batista de Camargo Jr

Telefone: (65) 3613-7503

e-mail: gab.joaobatista@tce.mt.gov.br

É o relatório.

Cuiabá/MT, 21 de maio de 2019.

(assinatura digital)

JOÃO BATISTA DE CAMARGO JÚNIOR

Conselheiro Interino

(Portaria nº 127/2017, DOC TCE/MT de 18/09/2017)